

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 03.PE.DIV/2025

Processo Administrativo Nº 01.17.12-SME/2024

A Prefeitura Municipal de Cariré – CE, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO de na forma ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste Edital.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Secretaria Municipal de Educação



ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude, Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Transporte, Secretaria Municipal de Meio Ambiente



OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURO E EVENTUAL SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS TIPO LANCHES, REFEIÇÕES E AFINS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE.



VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 2.273.787,17 (dois milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos)



PORTAL UTILIZADO: M2A Compras

ENDEREÇO DO PORTAL: <https://compras.m2atecnologia.com.br/>

DATA: 09 de Abril de 2025

HORÁRIO: 09:30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

E-MAIL: licitacao@carire.ce.gov.br



AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Arnóbio de Azevedo Pereira

AUTORIDADE COMPETENTE

Maria Elvilema Feitosa Tabosa



CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
FORMA DE ADJUDICAÇÃO	POR LOTE
MODO DE DISPUTA	ABERTO
INTERVALO ENTRE OS LANCES	R\$ 0,01 (um centavo)
REGIME DE EXECUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA	NÃO
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	SIM
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO	NÃO
PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	NÃO
HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO?	NÃO
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	60 (sessenta) DIAS

DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	
Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	NÃO
Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto As diversas Secretarias de Cariré estão enfrentando dificuldades para garantir a entrega de alimentos preparados(lanches, refeições e afins) de forma eficiente. A falta deste serviço pode gerar diversos impactos negativos, como a impossibilidade de atender adequadamente as necessidades alimentícias em momentos especiais ou eventos programados. Isso pode comprometer o andamento de projetos, ações e até a produtividade dos colaboradores, além de prejudicar a execução de atividades municipais que dependem dessa estrutura para ocorrerem com sucesso. Ademais a contratação de uma empresa para fornecer alimentos preparados garante segurança alimentar e qualidade no produto, permitindo que as necessidades das secretarias sejam atendidas sem grandes preocupações e seguindo os princípios da celeridade., conforme as quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma do Pregão e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

2.1. Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento de contratação as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste procedimento de contratação, previamente credenciadas no sistema “M2A COMPRAS” através do site <https://compras.m2atecnologia.com.br/>.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.1.4. Informações complementares sobre o credenciamento junto ao provedor do sistema deverão ser obtidas diretamente com o suporte técnico da plataforma indicada neste edital.

3.2. Em atendimento ao § 10 do Art. 80 da Lei 14.133/2021, **só poderão participar** deste certame as empresas devidamente qualificadas tecnicamente, que possuam o Certificado de Pré-

Qualificação vigente emitido pela Prefeitura de Cariré, em conformidade com o Edital de Pré-Qualificação N° 03.PQ.DIV/2025, Processo Administrativo 03.PQ.DIV/2025.

- 3.2.1. A qualificação exigida, examinada e atestada previamente mencionada no subitem anterior se refere a toda Qualificação das interessadas, devendo assim as mesmas apresentarem todos os outros documentos de habilitação exigidos na Lei 14.133/2021.
- 3.3. Conforme definido nos Critérios Gerais da Contratação, no preâmbulo deste edital, os itens ou lotes, conforme o critério de adjudicação, com valores até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), são de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
 - 3.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.4. Ficam impedidos de participar desta licitação:
 - 3.4.1. Aquele que não atenderem às condições deste edital;
 - 3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.4.4. Aquele que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;
 - 3.4.4.1. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.
 - 3.4.5. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.4.5.1. O impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
 - 3.4.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do

- contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.4.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.4.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.4.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.4.9.1. A vedação de que trata este estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo de contratação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.4.12. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.6. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o agente de contratação de qualquer responsabilidade civil ou penal.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. **No preâmbulo deste edital está definido se a fase de habilitação poderá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 4.1.1. Caso a fase de habilitação NÃO anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, dos documentos de habilitação somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor de sua proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
 - 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
 - 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
 - 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
 - 4.10. O prazo de validade da proposta é aquele estabelecido no preâmbulo deste edital de licitação, contados da data de abertura da sessão pública.
 - 4.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
 - 4.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 4.12. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

- 5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua proposta e seus documentos de habilitação.
- 5.5. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretroatáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 6.1.1. Também será desclassificada a proposta preenchida e que identifique o licitante.
 - 6.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.2. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública da licitação quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.
 - 6.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Agente de Contratação enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.
- 6.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertada e registrado no sistema
- 7.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está estabelecido no preâmbulo deste edital.
- 7.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.7. O licitante poderá solicitar a exclusão de seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, que será avaliado pelo Agente de Contratação.

- 7.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja entendido como manifestamente inexequível.
- 7.9. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.11. **No preâmbulo deste edital está definida o modo de disputa deste certame, que poderá ser:**
- 7.11.1. **Modo de Disputa Aberto:**
- 7.11.1.1. No modo de disputa “aberto”, a apresentação de lances públicos é de forma sucessiva, com prorrogações.
- 7.11.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.11.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.11.2. **Modo de Disputa Aberto -Fechado:**
- 7.11.2.1. No modo de disputa “aberto e fechado”, é quando os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após isso, transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.2.3.1. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por oferecer melhor lance.
- 7.11.2.3.2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.2.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 7.11.2.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.3. **Modo de Disputa Fechado-Aberto:**
- 7.11.3.1. Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.11.3.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.11.3.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.3.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.12.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.12.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.12.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.12.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.12.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.12.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.12.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso

- de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.12.2.2. empresas brasileiras;
 - 7.12.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.12.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8. DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS ÀS ME/EPPs

- 8.1. O licitante que deixar de assinalar o campo da “Declaração de ME/EPP” não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.
- 8.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos estabelecidos no preâmbulo do presente instrumento.
- 8.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 8.3.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste procedimento.
 - 8.3.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - 8.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.
 - 8.3.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
 - 8.3.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.
- 8.4. **No preâmbulo do presente instrumento constam todos os benefícios específicos que serão aplicados às microempresas e empresas de pequeno porte, e conforme cada benefício seguirão regras específicas, conforme estabelecido nos itens subsequentes.**

- 8.5. Quando aplicado o benefício de itens/lotos destinados à participação exclusiva para MEI/ME/EPP, com valores totais até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.5.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.6. Quando aplicado o benefício de Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP?, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.6.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão divididos em cotas para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme percentual estabelecido no preâmbulo deste instrumento.
- 8.6.2. Para a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente, para cada item/lote, conforme itens relacionados no Termo de Referência.
- 8.6.3. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.
- 8.6.4. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação se dará pelo menor preço ofertado.
- 8.7. Quando aplicado o benefício de prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno sediada no âmbito local ou regional, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, será dada PRIORIDADE de contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, com a declaração de vencedor do item.
- 8.7.2. No preâmbulo deste instrumento convocatório está definido se o presente benefício será aplicado somente em âmbito local ou regional.
- 8.8. A participação nos itens/lotos expressamente reservados às microempresas e empresas de pequeno porte, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9. DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 9.2. O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 9.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 9.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.5. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance no prazo mínimo de 2h (duas horas), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.
 - 9.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita.
 - 9.5.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 9.6. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e as Condições de Participação deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 10.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;
 - 10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
 - 10.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992
- 10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

- 10.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.
- 10.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
 - 10.7.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
 - 10.7.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 10.8. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 10.8.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta
 - 10.8.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
 - 10.8.3. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
 - 10.8.4. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).
- 10.9. Será desclassificada a proposta que:
 - 10.9.1. não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;
 - 10.9.2. contiver vícios insanáveis;
 - 10.9.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 10.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

- 10.9.5. com valor unitário ou global com preços manifestamente inexequíveis
- 10.9.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 10.9.5.2. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis)
- 10.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores ao percentual indicado no preâmbulo deste Edital do valor orçado pela Administração.
- 10.10.1. inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 10.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 10.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 10.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 10.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

- 10.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 11.1. **Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 11.2. A regra para o momento de envio dos documentos de habilitação é aquela definida no preâmbulo deste edital, podendo ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 11.3.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em 2 (duas) horas.
- 11.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.5.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação, situada no endereço indicado no rodapé deste edital.
- 11.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64)
- 11.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 11.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 11.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 11.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.11.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.12. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 11.12.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 11.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 11.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 11.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 11.14.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 11.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 11.15.1. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

- 11.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma
- 11.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 11.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, especialmente quanto ao capital social ou patrimônio líquido mínimo, quando assim o edital exigir, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 11.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DA AMOSTRA

- 12.1. As regras relacionadas a apresentação de amostras são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

13. DA VISITA TÉCNICA

- 13.1. As regras relacionadas a visita técnica são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

14. DOS RECURSOS

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
 - 14.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 14.2.2. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito e autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 14.3. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
 - 14.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação

- 14.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente
- 14.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico com endereço no preâmbulo deste instrumento.

15. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. O órgão gerenciador pela presente contratação é aquele informado no preâmbulo do presente edital e é responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 15.2. São órgãos participantes os órgãos ou entidades da administração pública que participam dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integram a Ata de Registro de Preços.
- 15.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão, respeitando-se os limites estabelecidos na legislação vigente.
- 15.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias.
 - 15.4.1. O órgão gerenciador poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação deste prazo, respeitado o prazo de vigência da Ata, quando solicitada pelo órgão não participante.
- 15.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 15.6. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 - 15.6.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito
 - 15.6.2. A assinatura deverá ser feita, preferencialmente, pessoalmente pelo representante legal da licitante na sede da Prefeitura Municipal.

- 15.6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer à Prefeitura Municipal para a assinatura, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura via endereço eletrônico de e-mail, que deverá ser devolvida em original, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) para o endereço constante do rodapé do presente.
- 15.6.2.2. Considerar-se-á, para fins de contagem do prazo da assinatura, a data da postagem da Ata de Registro de preço.
- 15.6.2.3. Poderá ainda ser assinada eletronicamente através de certificado digital, por processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 15.6.3. É facultada ao órgão gerenciador, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.
- 15.7. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo assinalado no item anterior, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 15.8. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 15.10. O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 15.11. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.
- 15.12. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponibilizada durante sua vigência.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 16.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
 - 16.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 16.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 16.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
 - 16.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 16.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

- 16.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 16.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 16.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 16.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 16.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 16.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
 - 17.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 17.1.5. fraudar a licitação
 - 17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

- 17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 17.2.1. advertência;
 - 17.2.2. multa;
 - 17.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 17.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito desta Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor desta Administração.
- 17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo

- de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a essa Administração.

18. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 18.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste procedimento de contratação mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico descrito no preâmbulo do presente edital ou através de campo próprio do sistema.
- 18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 18.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 18.4. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 18.5. Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Agente de Contratação será auxiliado pelo setor técnico competente.
- 18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 18.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural da plataforma utilizada para realização do certame através do endereço <https://compras.m2atecnologia.com.br/> e vincularão os participantes e a Administração.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 19.2. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este procedimento de contratação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
 - 19.2.1. A anulação do procedimento de contratação induz à extinção do contrato.
 - 19.2.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 19.3. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.
- 19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Prefeitura.
- 19.5. O Agente de Contratação ou à Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá releva omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.
- 19.6. As normas que disciplinam este procedimento de contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.
- 19.8. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:
 - 19.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
 - 19.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
 - 19.8.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, será priorizado de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 19.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 19.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

- 19.11. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
- 19.12. Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes das Leis no preâmbulo deste Edital e demais normas pertinentes.
- 19.13. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Cariré - CE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 19.14. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios <https://compras.m2atecnologia.com.br/> e www.carire.ce.gov.br.
- 19.15. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

20. ANEXOS

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo IV	Minuta do Termo de Contrato

Cariré – CE, 14 de Março de 2025.

AGUIDA RODRIGUES MARTINS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO
E FINANÇAS

SAMARA PEREIRA PAIVA
GABINETE DO PREFEITO

MARIA EVILEMA FEITOSA TABOSA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ROBERTO KELSON FERREIRA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

RAILA AGUIAR PORTELA
SECRETARIA DE SAÚDE

ANTONIO EDUARDO RODRIGUES MIRANDA
SECRETARIA DE TRANSPORTE

CLÁUDIA NASCIMENTO GONÇALVES
SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

ISA APARECIDA DE BRITO VIANA SÁ
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

CICERO AMANSO FERREIRA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO

MARCELO ARAÚJO ALVES
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E
JUVENTUDE

ANTÔNIO RUFINO NETO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS COMUNS, LEI 14.133/2021.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURO E EVENTUAL SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS TIPO LANCHES, REFEIÇÕES E AFINS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$2.531.488,42 (dois milhões, quinhentos e trinta e um, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Lote 01 - LANCHES					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	BOLINHAS DE QUEIJO EMB. COM 100 UND COMPOSTA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, QUEIJO MUSSARELA, ÓLEO DE SOJA, CALDO DE GALINHA, MISTURA FARINÁCEA PARA EMPANAR, EMB. COM 100 UNIDADES.	CENTO	460	R\$ 52,67	R\$ 24.228,20
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 160,00 Valor Total R\$ 8.427,20 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 15.801,00				
2	CANUDINHO RECHEADO EMB. COM 100 UND.	CENTO	157	R\$ 5,50	R\$863,50
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Gabinete do Prefeito Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ 55,00 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ 55,00 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 110,00 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ 220,00 Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 110,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 45,00 Valor Total R\$ 247,50 Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ 66,00				
3	SALGADINHOS DIVERSOS DE FORNO (EMBALAGEM 100 UND).	CENTO	1.157	R\$ 54,33	R\$ 62.859,81
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 1.000,00 Valor Total R\$ 54.330,00 Gabinete do Prefeito Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 1.086,60 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 1.086,60 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 1.086,60 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ 2.173,20 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ 651,96 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 45,00 Valor Total R\$ 2.444,85				
4	SALGADINHOS DIVERSOS TIPO COXINHA, RISSOLE, ENROLADINHO DE QUEIJO/PRESUNTO E PASTEL EMB. COM 100 UNIDADES.	CENTO	2.107	R\$ 54,33	R\$ 114.473,31
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 1.800,00 Valor Total R\$ 97.794,00 Gabinete do Prefeito Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 1.086,60 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 1.086,60				

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 1.086,60
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ 2.173,20
Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ 2.716,50
Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 130,00 Valor Total R\$ 7.062,90
Secretaria Municipal de Transporte Quantidade: 15,00 Valor Total R\$ 814,95
Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ 651,96
Valor Total do Lote
R\$ 202.424,82

Lote 02 - LANCHES					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	BOLO CONFEITADO QUADRADO OU REDONDO COM DOIS RECHEIOS, PESO MÍNIMO 6KG PERSONALIZADO PARA EVENTUAIS COMEMORAÇÕES.	UNIDADE	244	R\$ 265,00	R\$ 64.660,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ 26.500,00 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 44,00 Valor Total R\$ 11.660,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ 26.500,00				
2	BOLO SIMPLES, TAMANHO MÉDIO COM SABORES VARIADOS: FARINHA DE TRIGO, MILHO, MOLE.	UNIDADE	1520	R\$ 18,33	R\$ 27.861,60
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Gabinete do Prefeito Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ 1.833,00 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ 1.833,00 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ 916,50 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 210,00 Valor Total R\$ 3.849,30 Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 120,00 Valor Total R\$ 2.199,60 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 700,00 Valor Total R\$ 12.831,00 Secretaria Municipal de Transporte Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ 733,20 Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ 3.666,00				
Valor Total do Lote					R\$ 92.521,60

Lote 03 - LANCHES					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	BUFFET POR PESSOA ARROZ, CARNES DE FRANGO, GADO E PORCO. SALADA VARIADA, PURÊ DE BATATA, SUCOS NATURAIS COPO 250ML E REFRIGERANTES DE DIVERSOS SABORES COPO 250ML. SOBREMESA – PUDIM OU MOUSSE (COM SABORES VARIADOS), OU SALADA DE FRUTAS, OU SORVETES COM SABORES VARIADOS.	UNIDADE	7.500	R\$ 36,67	R\$ 275.025,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 4.000,00 Valor Total R\$ 146.680,00 Gabinete do Prefeito Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 14.668,00 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 14.668,00 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 11.001,00 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 1.100,00 Valor Total R\$ 40.337,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 1000,00 Valor Total R\$ 36.670,00 Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 11.001,00				
2	REFEIÇÃO PREPARADA COMPLETA CONTENDO OS SEGUINTEIS ITENS (ARROZ, FEIJÃO, MACARRÃO, SALADAS, CARNE E FRANGO, SOBREMESA, (REFRIGERANTE, SUCO E ÁGUA EM COPOS DE 250ML).	UNIDADE	13.500	R\$ 32,33	R\$ 436.455,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 10.000,00 Valor Total R\$ 323.300,00 Gabinete do Prefeito Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 9.699,00 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 9.699,00 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ 6.466,00 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 19.398,00 Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 500,00 Valor Total R\$ 16.165,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 25.864,00 Secretaria Municipal de Segurança Pública Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 19.398,00 Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ 6.466,00				

	REFEIÇÃO TIPO QUENTINHA CONTENDO OS SEGUINTE ITENS (ARROZ, FEIJÃO, MACARRÃO, CARNE, FRANGO E SALADA.	UNIDADE	11.100	R\$ 22,50	R\$ 249.750,00
3	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 10.000,00 Valor Total R\$ 225.000,00				
	Gabinete do Prefeito Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ 4.500,00				
	Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ 4.500,00				
	Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 6.750,00				
	Secretaria Municipal de Transporte Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ 2.250,00				
Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 6.750,00					
Valor Total do Lote				R\$ 961,230,00	

Lote 04 - LANCHES					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	CALDO DE CARNE, COPO COM 300 ML.	UNIDADE	13.400	R\$ 5,50	R\$ 73.700,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 8.000,00 Valor Total R\$ 44.000,00				
	Gabinete do Prefeito Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 3.300,00				
	Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 3.300,00				
	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.650,00				
	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 4.400,00				
	Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 1.400,00 Valor Total R\$ 7.700,00				
2	CANJA DE GALINHA COPO COM 300 ML.	UNIDADE	10.000	R\$ 5,50	R\$ 55.000,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 6.000,00 Valor Total R\$ 33.000,00				
	Gabinete do Prefeito Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 3.300,00				
	Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 3.300,00				
	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.650,00				
	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 4.400,00				
	Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 1000,00 Valor Total R\$ 5500,00				
4	CACHORRO-QUENTE CONTENDO PÃO DE LEITE DE 50G, CONTENDO MOLHO DE TOMATE E CEBOLA, SALSICHA INTEIRA, MILHO E ERVILHA, ACONDICIONADOS INDIVIDUALMENTE EM SACOS PLÁSTICOS APROPRIADO.	UNIDADE	7.950	R\$ 10,00	R\$ 79.500,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 5.600,00 Valor Total R\$ 56.000,00				
	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 8.000,00				
5	TORTA DE FRANGO COM MASSA DE TRIGO MACIA, SABOROSA RECHEADA DE FRANGO DESFIADO, MILHO VERDE, ERVILHA, CENOURA, TOMATE NO RECHEIO. PESO APROXIMADO 150 GRAMAS (PEDAÇO/FATIA) DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALADO UM A UM, EM PLÁSTICO FILME E PORTA PÃO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	UNIDADE	1.800	R\$ 9,00	R\$ 25.200,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 7.200,00				
	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 3.600,00				
6	HAMBURGUER DE CARNE COMPOSTO POR 01 (UM) SANDUÍCHE COM PÃO DE HAMBÚRGUER, CARNE DE HAMBÚRGUER, QUEIJO MUSSARELA, PRESUNTO, OVO FRITO, ALFACE E TOMATE QUE DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALADO UM A UM, EM PLÁSTICO FILME E PORTA PÃO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	UNIDADE	2.000	R\$ 15,00	R\$ 30.000,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 1000,00 Valor Total R\$ 9000,00				
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 5.400,00				

QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 2.000,00 Valor Total R\$ 30.000,00					
7	MISTO QUENTE CONTENDO: 01 (UM) PÃO DE FORMA DE 50 GRAMAS, COM 01 (UMA) FATIA DE PRESUNTO E 01 (UMA) FATIA DE MUSSARELA, QUE DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALADO UM A UM, EM PLÁSTICO FILME E PORTA PÃO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	UNIDADE	5.400	R\$ 8,50	R\$ 45.900,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 4.000,00 Valor Total R\$ 34.000,00					
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 5.100,00					
Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 6.800,00					
Valor Total do Lote				R\$ 309.300,00	

Lote 05 - LANCHES					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	LANCHE COMPLETO CONTENDO OS SEGUINTE ITENS: (CAFÉ, LEITE, SALADA DE FRUTAS, 2 OPÇÕES DE SUCO NATURAL COPO COM 250ML, PÃO, MUSSARELA, PRESUNTO, TORRADA, PATÊ, 2 OPÇÕES DE BOLO, CHOCOLATE QUENTE E SANDUICHE NATURAL DE FRANGO).	UNIDADE	14.800	R\$ 21,67	R\$ 320.716,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 10.000,00 Valor Total R\$ 216.700,00					
Gabinete do Prefeito Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 13.002,00					
Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 13.002,00					
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 6.501,00					
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 900,00 Valor Total R\$ 19.503,00					
Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 8.668,00					
Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 1400,00 Valor Total R\$ 30.338,00					
Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 13.002,00					
2	LANCHE SIMPLES CONTENDO OS SEGUINTE ITENS: (CAFÉ, LEITE, BISCOITO, BOLO, PÃO COM PATÊ, SUCO NATURAL COPO COM 250ML).	UNIDADE	11.200	R\$ 21,67	R\$ 242.704,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 8.000,00 Valor Total R\$ 173.360,00					
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 17.336,00					
Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 1400,00 Valor Total R\$ 30.380,00					
Secretaria Municipal de Transporte Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ 4.334,00					
Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 17.336,00					
3	COFFEE-BREAK POR PESSOA SALGADOS FRITOS, SALGADOS DE FORNO, MINI SANDUICHES, BOLINHAS DE QUEIJO, CAFÉ, LEITE E 02 (DOIS) TIPOS DE REFRIGERANTES COPO 250ML, 02 (DOIS) TIPOS DE SUCOS COPO 250ML, ÁGUA MINERAL SEM GÁS.	UNIDADE	10.500	R\$ 27,67	R\$ 290.535,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 5.000,00 Valor Total R\$ 138.350,00					
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 8.301,00					
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 16.602,00					
Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 1.800,00 Valor Total R\$ 49.806,00					
Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 1000,00 Valor Total R\$ 27.670,00					
Secretaria Municipal de Segurança Pública Quantidade: 1.800,00 Valor Total R\$ 49.806,00					
Valor Total do Lote				R\$ 853.955,00	

Lote 06 - BEBIDAS					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	REFRIGERANTE 2 LITROS, SABORES: GUARANÁ E/OU COLA.	UNIDADE	1.880	R\$ 10,67	R\$ 20.059,60
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 8.536,00					
Gabinete do Prefeito Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ 1.067,00					
Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ 1.067,00					
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 213,40					
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 4.268,00					

	Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ 426,80 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 180,00 Valor Total R\$ 1920,60 Secretaria Municipal de Transporte Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ 426,80 Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ 2.134,00				
	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR ACEROLA.	UNIDADE	1.340	R\$ 5,83	R\$ 7.812,20
2	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 4.664,00 Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 140,00 Valor Total R\$ 816,20				
	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR CAJÁ.	UNIDADE	3.240	R\$ 5,83	R\$ 18.889,20
3	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 4.664,00 Gabinete do Prefeito Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 140,00 Valor Total R\$ 816,20 Secretaria Municipal de Transporte Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ 583,00 Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00				
	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR CAJU.	UNIDADE	1.640	R\$ 5,83	R\$ 9.561,20
4	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 4.664,00 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 140,00 Valor Total R\$ 816,20				
	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR GOIABA.	UNIDADE	1.940	R\$ 5,83	R\$ 11.310,20
5	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 4.664,00 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 140,00 Valor Total R\$ 816,20 Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00				
	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR GRAVIOLA.	UNIDADE	3.240	R\$ 5,83	R\$ 18.889,20
6	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 4.664,00 Gabinete do Prefeito Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 140,00 Valor Total R\$ 816,20 Secretaria Municipal de Transporte Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ 583,00 Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00				
	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR MANGA.	UNIDADE	1.240	R\$ 5,83	R\$ 7.229,20
7	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 4.664,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 140,00 Valor Total R\$ 816,20 Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00				
	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR MARACUJÁ.	UNIDADE	3.140	R\$ 5,83	R\$ 18.306,20
8	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação Quantidade: 800,00 Valor Total R\$ 4.664,00 Gabinete do Prefeito Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00 Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social Quantidade: 400,00 Valor Total R\$ 2.332,00 Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00 Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 140,00 Valor Total R\$ 816,20 Secretaria Municipal de Transporte Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ 583,00 Secretaria Municipal de Meio Ambiente Quantidade: 300,00 Valor Total R\$ 1.749,00				

Valor Total do Lote	R\$ 112.057,00
Valor Total	R\$ 2.531.488,42

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Prefeitura Municipal de Cariré enfrenta um desafio significativo em garantir a entrega eficiente de alimentos preparados, incluindo lanches e refeições, para atender às diversas Secretarias do município. A falta desse serviço impacta a capacidade das Secretarias de cumprir suas funções, especialmente em momentos especiais ou durante eventos programados. Essa situação não só compromete o andamento dos projetos e ações essenciais, mas também afeta a produtividade dos colaboradores que dependem da alimentação adequada.

Adicionalmente, a ausência de uma empresa especializada no fornecimento de alimentos preparados pode resultar em vulnerabilidades relacionadas à segurança alimentar, como a qualidade dos produtos ofertados. Assim, é crucial que as Secretarias tenham acesso garantido a serviços alimentares que não apenas atendam a demanda imediata, mas que também respeitem padrões de qualidade e alinhamento com as necessidades nutricionais dos colaboradores e cidadãos envolvidos nas atividades municipais.

Atender a essa necessidade é de extrema relevância sob o ponto de vista do interesse público, pois garante que as ações governamentais sejam realizadas de forma eficaz, promovendo a continuidade dos serviços públicos e evitando interrupções que podem prejudicar a execução das políticas públicas. A contratação de uma empresa para fornecer alimentos preparados assegura que as Secretarias possam operar com celeridade e eficiência, evitando potenciais desdobramentos negativos que a falta desse serviço poderia acarretar.

Portanto, a descrição da necessidade de contratar uma empresa para fornecer alimentos preparados é fundamentada na identificação precisa dos problemas enfrentados, na justificação da demanda real e no reconhecimento da importância de alinhar essa contratação aos interesses da população de Cariré, garantindo assim a efetividade das ações públicas.

Da fundamentação

O presente processo de licitação tem por objeto os serviços de fornecimento de alimentos preparados para atender às necessidades das diversas secretarias do Município de Cariré-CE, adotando-se a sistemática do Registro de Preços, na modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos da legislação vigente.

A escolha da modalidade Pregão Eletrônico está fundamentada na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especificamente em seu **Art. 6º, inciso XLI**, que define:

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
(...)*

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;"

(...)

Ainda, conforme o **Art. 28, inciso I**, reforça-se a previsão legal do pregão como modalidade de licitação:

"Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;"

(...)

A escolha do **Sistema de Registro de Preços** como procedimento auxiliar de licitação está fundamentada no **Art. 6º, inciso XLV**, que assim define:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;"

(...)

Ademais, o **Art. 78, inciso IV** reafirma o Sistema de Registro de Preços como um dos procedimentos auxiliares aplicáveis ao processo licitatório:

"Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

(...)

IV - sistema de registro de preços;"

(...)

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade dos serviços de fornecimento de alimentos preparados, permitindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando estoques desnecessários e garantindo o fornecimento conforme as demandas das diversas secretarias. Ademais, essa sistemática possibilita maior economicidade e transparência no processo de contratação, assegurando a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, o presente processo licitatório encontra-se plenamente respaldado na Lei nº 14.133/2021, garantindo a legalidade, economicidade e eficiência na aquisição dos bens necessários às secretarias do Município de Cariré-CE.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 4.1. A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2025, sob o código 37 da Secretaria Municipal de Educação, 46 Gabinete do Prefeito, 32 da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, 37 da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude, 45 da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, 33 da Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária, 43 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, 57 da Secretaria Municipal de Saúde, 32 da Secretaria Municipal de Segurança Pública, 54 da Secretaria Municipal de Transporte e 36 da Secretaria do Meio Ambiente.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do serviço encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. DA AMOSTRAS

- 7.1. A entrega das amostras é um requisito essencial para avaliação da qualidade dos alimentos que serão fornecidos. As amostras deverão ser entregues conforme as especificações abaixo, para garantir que os produtos atendem aos padrões exigidos pelo município.
- 7.2. Havendo aceitação da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra para a equipe selecionada pelas secretarias do município, em data e horário a ser marcada pelo responsável.
- 7.3. Serão exigidas amostras de todos os itens alimentícios contidos neste documento, a fim de avaliação.
- 7.4. As amostras poderão ser entregues no endereço RUA BELARMINA RODRIGUES, Nº 200 - CENTRO - CEP: 62.184-000, no prazo limite de 5 (cinco) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 7.5. Não haverá permissão de prorrogação de prazo para entrega das amostras, devido a data já estipulada e divulgada aos participantes.
- 7.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 7.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
 - 7.7.1. **Sabor:** Avaliação do equilíbrio, intensidade e aderência ao sabor esperado.
 - 7.7.2. **Consistência:** Textura adequada ao tipo de alimento, facilidade de mastigação e homogeneidade.
 - 7.7.3. **Gosto Residual:** O alimento não deverá ter gosto residual de utensílios, produtos ou qualquer outro sabor que afete o sabor original do alimento.
 - 7.7.4. **Aparência:** Apresentação visual atraente, com cores naturais e proporções equilibradas.
 - 7.7.5. **Temperatura:** Adequação e uniformidade da temperatura dos alimentos.
 - 7.7.6. **Aroma:** Cheiro agradável e correspondente ao tipo de alimento.
 - 7.7.7. **Tamanho e Porção:** Porções adequadas às necessidades, sem faltas.
 - 7.7.8. **Conformidade com Especificações:** Atendimento às especificações do edital, incluindo ingredientes e métodos de preparo.
 - 7.7.9. **Valor Nutricional:** Balanceamento nutricional adequado, conforme necessidades dietéticas específicas.
 - 7.7.10. **Higiene e Segurança Alimentar:** Condições de preparação, manipulação e conformidade com normas de segurança alimentar.
 - 7.7.11. **Embalagens:** O alimento deve vir corretamente embalado sem vazamentos e pronto para a degustação, embalagens avariadas serão descartadas.
- 7.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.9. Se a(s) amostra(s) apresentada pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.10. Os alimentos colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e consumidos pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 7.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser descartadas.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

10. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 10.1. E A adoção de cotas exclusivas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no processo de fornecimento de alimentos preparados para diversas secretarias do Município de

Cariré-CE não se mostra adequada para a presente contratação, considerando alguns aspectos essenciais.

Primeiramente, a natureza do objeto contratual exige um fornecimento de alimentos com qualidade, regularidade e quantidade, além de um rigoroso cumprimento das normas sanitárias, não podendo ser divisível em lotes exclusivos. Esses requisitos podem ser desafiadores para empresas de menor porte, que muitas vezes não possuem a infraestrutura, a capacidade logística e a experiência necessárias para atender demandas contínuas e diversificadas de diversas secretarias municipais. Nesse contexto, a adoção de cotas exclusivas poderia limitar a participação de empresas com maior capacidade técnica e operacional, que são mais aptas a atender adequadamente todas as exigências contratuais.

Além disso, é importante considerar que empresas de maior porte, com infraestrutura consolidada e processos robustos, têm mais condições de garantir a qualidade, eficiência e pontualidade no fornecimento dos alimentos, sem comprometer a qualidade dos produtos ou o atendimento às necessidades dos beneficiários. A restrição por cotas poderia, portanto, resultar em uma limitação da participação de empresas mais qualificadas, o que não atenderia da melhor forma as exigências do processo licitatório.

Em conformidade com o princípio da isonomia, que visa garantir a igualdade de condições entre todos os licitantes, a adoção de cotas exclusivas poderia criar um tratamento desigual, dificultando a participação de empresas maiores, com melhores condições de atendimento e maior experiência no fornecimento de alimentos em larga escala. Assim, ao não adotar essa prática, busca-se preservar a ampla concorrência, favorecendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, garantindo um serviço de maior qualidade e eficiência.

Por fim, o fracionamento inadequado da contratação em cotas exclusivas pode gerar riscos, como o descumprimento de prazos, atrasos nas entregas ou não conformidade com as exigências sanitárias. Esses problemas poderiam comprometer o bom andamento dos serviços prestados à administração pública, o que poderia ser evitado com a não adoção de cotas.

Portanto, a não adoção de cotas exclusivas para ME/EPP neste processo licitatório é a alternativa mais adequada, garantindo a eficiência, qualidade e segurança alimentar exigidas, além de preservar a igualdade de condições entre os licitantes e o cumprimento dos requisitos contratuais.

11. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 11.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 11.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.
 - 11.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 11.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 11.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de execução

12.2. O serviço objeto será **CONTINUADO**.

13. PROPOSTA DE PREÇOS

- 13.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 13.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias e prazo de execução dos serviços.

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 14.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
 - 14.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 14.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - 14.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
 - 14.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - 14.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - 14.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - 14.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
 - 14.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
 - 14.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 14.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 14.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**
 - 14.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita

- Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 14.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
- 14.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 14.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- 14.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 14.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
- 14.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 14.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 14.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 14.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 14.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

- 14.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 14.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 14.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 14.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 14.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 14.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 14.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 14.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

$$SG = \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

- 14.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 14.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 14.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 14.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
 - 14.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
 - 14.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
 - 14.4.2. Comprovação de aptidão para execução de objeto de complexidade operacional e, se for o caso, complexidade tecnológica, equivalente ou superior com o desta contratação, ou com o item pertinente de seu interesse, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - 14.4.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão comprovar que a empresa, ou se for o caso, o profissional, executou, satisfatoriamente, objeto compatível com o da presente licitação ou com o item pertinente de seu interesse, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto licitado e o executado pela licitante.
 - 14.4.3.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
 - 14.4.3.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
 - 14.4.3.3. Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
 - 14.4.3.4. Os atestados ou certidões que não possuírem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.

- 14.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 14.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
 - 14.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
 - 14.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

- 15.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 15.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) úteis dias da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço;
 - 15.1.2. O serviço de fornecimento de alimentos preparados para as diversas secretarias do Município de Cariré-CE será realizado de acordo com um conjunto detalhado de métodos e rotinas para garantir qualidade, segurança alimentar e pontualidade nas entregas. O processo começa com o planejamento e programação, nos quais a empresa contratada elaborará um cronograma que atenda às necessidades específicas de cada secretaria, levando em consideração cardápios, quantidades e frequências de fornecimento. Esse planejamento será ajustado conforme a demanda, podendo ser diário, semanal ou conforme o necessário. A empresa será responsável pela seleção e inspeção dos ingredientes, que devem ser adquiridos de fornecedores certificados e seguir as normas sanitárias e de segurança alimentar. A inspeção ocorrerá antes de cada produção, assegurando a conformidade com as exigências legais.
 - 15.1.3. O preparo dos alimentos será realizado por profissionais treinados, em instalações adequadas que atendem às normas sanitárias e de segurança alimentar, utilizando equipamentos apropriados para garantir a higienização e eficiência no processo. Durante o preparo, será feito um controle rigoroso das temperaturas de cocção e armazenamento, com amostragens periódicas para monitorar a qualidade dos alimentos, que serão mantidos em temperaturas seguras. Após o preparo, os alimentos serão embalados adequadamente para garantir sua conservação até a entrega. As embalagens térmicas serão utilizadas para manter a temperatura e qualidade dos alimentos.
 - 15.1.4. O transporte será realizado com veículos refrigerados (quando necessário), garantindo que os alimentos cheguem às secretarias dentro das condições ideais. As entregas serão feitas conforme a programação acordada, e a empresa se comprometerá com a pontualidade, cumprindo as quantidades e especificações exigidas. Além disso, a empresa estará preparada para atender a eventuais demandas emergenciais, como alterações no volume ou cardápio, ajustando rapidamente sua produção e logística sem comprometer a qualidade dos alimentos.
 - 15.1.5. A periodicidade do fornecimento será definida conforme as necessidades das secretarias, podendo ser ajustada conforme situações emergenciais. A empresa

utilizará tecnologias de rastreamento e controle de temperatura durante o transporte, além de sistemas de gerenciamento para monitorar a produção e o estoque de alimentos. Relatórios mensais serão fornecidos à administração pública, detalhando o desempenho do serviço, a qualidade dos alimentos e a pontualidade das entregas, com o intuito de garantir a transparência e a melhoria contínua do serviço. Com esse conjunto de métodos e procedimentos, a empresa garantirá o fornecimento de alimentos preparados com qualidade, segurança e eficiência, atendendo plenamente às necessidades das secretarias do município.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

- 15.2. Os serviços serão solicitados conforme a demanda das secretarias, podendo ocorrer em horários e datas variadas. A empresa contratada deverá estar devidamente preparada para atender a essas demandas de forma eficiente, sendo capaz de se ajustar a diferentes escalas de requisição, seja em grande, média ou pequena escala, garantindo agilidade e qualidade no fornecimento de alimentos conforme as necessidades de cada secretaria.

Materiais a serem disponibilizados

- 15.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 15.4. A empresa contratada deverá garantir a qualidade, segurança alimentar e cumprimento das normas sanitárias, com responsabilidade pela reposição de produtos vencidos ou impróprios para consumo. Além disso, deve assegurar transporte adequado e condições de armazenamento durante o fornecimento.
- A empresa contratada deverá assegurar o fornecimento de alimentos de qualidade, em conformidade com as normas sanitárias e de segurança alimentar estabelecidas pela legislação vigente, garantindo que os produtos sejam seguros e aptos para o consumo. A garantia de qualidade inclui a responsabilidade pela reposição de alimentos com data de validade vencida ou estragados, bem como a substituição de produtos que não atendam às especificações acordadas ou que apresentem defeitos.
- A empresa deverá compensar a secretaria em caso de atraso nas entregas, alimentos fora de conformidade, quantidades insuficientes ou outros problemas relacionados a qualidade do alimento, quantidades ou qualidade, cabendo medidas de punição ao não cumprimento.
- Os alimentos devem manter os seguintes requisitos:
- Sabor:** equilíbrio, intensidade e aderência ao sabor esperado.
 - Consistência:** Textura adequada ao tipo de alimento, facilidade de mastigação e homogeneidade.
 - Gosto Residual:** O alimento não deverá ter gosto residual de utensílios, produtos ou qualquer outro sabor que afete o sabor original do alimento.
 - Aparência:** Apresentação visual atraente, com cores naturais e proporções equilibradas.
 - Temperatura:** Adequação e uniformidade da temperatura dos alimentos.
 - Aroma:** Cheiro agradável e correspondente ao tipo de alimento.
 - Tamanho e Porção:** Porções adequadas às necessidades, sem faltas.
 - Conformidade com Especificações:** Atendimentos às especificações do edital, incluindo ingredientes e métodos de preparo.
 - Valor Nutricional:** Balanceamento nutricional adequado, conforme necessidades dietéticas específicas.

Higiene e Segurança Alimentar: Condições de preparação, manipulação e conformidade com normas de segurança alimentar.

Embalagens: O alimento deve vir corretamente embalado sem vazamentos e pronto para a degustação, embalagens avariadas deverão ser trocadas e entregues novas com o alimento interno intacto.

Os alimentos devem ser entregues nos locais designados pelos os servidores responsáveis de cada secretaria. Os alimentos devem vir devidamente embalados, sem qualquer tipo de possibilidade de intoxicar o alimento, a embalagem deverá manter a temperatura do alimento e impedir qualquer contato exterior ao alimento, evitando contato com animais ou insetos.

Em caso de problemas de atendimento, a empresa deverá comunicar a secretaria em tempo hábil para realocação a tratar com a secretaria. Locais, quantidades e horários deverão ser tratados diretamente com o servidor responsável da secretaria. Além disso, a empresa deverá garantir o transporte adequado e seguro dos alimentos até os pontos de entrega, mantendo condições ideais de armazenamento durante todo o processo de entrega. O transporte deve ser feito em veículos apropriados, com controle de temperatura e higiene para assegurar que os alimentos cheguem em condições adequadas para consumo. Caso haja qualquer falha no fornecimento, a empresa será responsabilizada pela reposição ou correção do problema dentro de um prazo de 24 horas, sem custos adicionais para o Município.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 16.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 16.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 16.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
 - 16.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for

- necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 16.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 16.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
 - 16.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 16.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
 - 16.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- 16.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 16.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 16.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 16.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 16.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 16.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

- 16.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Cariré deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

- 17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 18.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 18.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 18.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 18.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 18.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 18.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 18.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 19.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 19.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.2.1. o prazo de validade;
 - 19.2.2. a data da emissão;

- 19.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 19.2.5. o valor a pagar; e
- 19.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 19.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 19.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 19.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 19.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 19.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 19.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 19.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 19.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 19.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cariré – CE, 14 de Março de 2025.

AGUIDA RODRIGUES MARTINS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO
E FINANÇAS

SAMARA PEREIRA PAIVA
GABINETE DO PREFEITO

**MARIA EVILEMA FEITOSA TABOSA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**ROBERTO KELSON FERREIRA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**

**RAILA AGUIAR PORTELA
SECRETARIA DE SAÚDE**

**ANTONIO EDUARDO RODRIGUES MIRANDA
SECRETARIA DE TRANSPORTE**

**CLÁUDIA NASCIMENTO GONÇALVES
SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

**ISA APARECIDA DE BRITO VIANA SÁ
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA**

**CICERO AMANSO FERREIRA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

**MARCELO ARAÚJO ALVES
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E
JUVENTUDE**

**ANTÔNIO RUFINO NETO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Educação, 07.598.600/0001-42



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo possui previsão no plano de contratações anual elaborado na Organização para o exercício 2025 e está formalizado nos DFDs nº 37 da Secretaria Municipal de Educação, nº 46 Gabinete do Prefeito, nº 32 da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, nº 37 da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude, nº 45 da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, nº 33 da Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária, nº 43 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, nº 57 da Secretaria Municipal de Saúde, nº 32 da Secretaria Municipal de Segurança Pública, nº 54 da Secretaria Municipal de Transporte e nº 36 da Secretaria do Meio Ambiente ..



Equipe de Planejamento

Jonathan Fernandes de Souza, João Vitor Duarte Cavalcante, Arthur Gabriel Chaves de Sousa



Problema Resumido

As diversas Secretarias de Cariré estão enfrentando dificuldades para garantir a entrega de alimentos preparados (lanches, refeições e afins) de forma eficiente. A falta deste serviço pode gerar diversos impactos negativos, como a impossibilidade de atender adequadamente às necessidades alimentícias em momentos especiais ou eventos programados. Isso pode comprometer o andamento de projetos, ações e até a produtividade dos colaboradores, além de prejudicar a execução de atividades municipais que dependem dessa estrutura para ocorrerem com sucesso. Ademais a contratação de uma empresa para fornecer alimentos preparados garante segurança alimentar e qualidade no produto, permitindo que as necessidades das secretarias sejam atendidas sem grandes preocupações e seguindo os princípios da celeridade.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Cariré enfrenta um desafio significativo em garantir a entrega eficiente de alimentos preparados, incluindo lanches e refeições, para atender às diversas Secretarias do município. A falta desse serviço impacta a capacidade das Secretarias de cumprir suas funções, especialmente em

momentos especiais ou durante eventos programados. Essa situação não só compromete o andamento dos projetos e ações essenciais, mas também afeta a produtividade dos colaboradores que dependem da alimentação adequada.

Adicionalmente, a ausência de uma empresa especializada no fornecimento de alimentos preparados pode resultar em vulnerabilidades relacionadas à segurança alimentar, como a qualidade dos produtos ofertados. Assim, é crucial que as Secretarias tenham acesso garantido a serviços alimentares que não apenas atendam a demanda imediata, mas que também respeitem padrões de qualidade e alinhamento com as necessidades nutricionais dos colaboradores e cidadãos envolvidos nas atividades municipais.

Atender a essa necessidade é de extrema relevância sob o ponto de vista do interesse público, pois garante que as ações governamentais sejam realizadas de forma eficaz, promovendo a continuidade dos serviços públicos e evitando interrupções que podem prejudicar a execução das políticas públicas. A contratação de uma empresa para fornecer alimentos preparados assegura que as Secretarias possam operar com celeridade e eficiência, evitando potenciais desdobramentos negativos que a falta desse serviço poderia acarretar.

Portanto, a descrição da necessidade de contratar uma empresa para fornecer alimentos preparados é fundamentada na identificação precisa dos problemas enfrentados, na justificação da demanda real e no reconhecimento da importância de alinhar essa contratação aos interesses da população de Cariré, garantindo assim a efetividade das ações públicas.



REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A apresentação de uma solução eficiente para a entrega de alimentos preparados às Secretarias da Prefeitura Municipal de Cariré é essencial para atender adequadamente às necessidades alimentares, especialmente em momentos especiais ou eventos programados. A escolha de um fornecedor deve garantir qualidade e segurança alimentar, promovendo a celeridade necessária para o atendimento das demandas do município. A seguir, são apresentados os requisitos que a futura contratação deverá atender:

1. Capacidade de fornecer refeições preparadas para a quantidade requisitada pela secretaria de forma simultânea, com opção de variação no cardápio.
2. Garantia de uso de ingredientes frescos, de origem controlada e com certificações que comprovem a qualidade dos insumos.
3. Proposição de cardápios balanceados nutricionalmente, com opções para dietas conforme especificado pela secretaria.
4. Cumprimento das normas de higiene e segurança alimentar conforme legislação vigente, incluindo a Lei 14.133/21.

5. Disponibilidade para realizar entregas em diferentes horários, conforme a demanda específica das Secretarias, sem comprometimento na qualidade.
6. Capacidade de adaptar-se a diferentes tipos de eventos, como reuniões, festas e treinamentos, com a possibilidade de fornecimento de lanches, refeições completas e sobremesas.
7. Fornecimento de embalagens adequadas para transporte e apresentação dos alimentos, garantindo a manutenção da temperatura e integridade dos produtos até a entrega final.
8. A empresa deve ter experiência no fornecimento de alimentos preparados, com comprovação por meio de contratos anteriores ou atestados de capacidade técnica.
9. Atendimento ao serviço de emergência com prazos reduzidos em caso de solicitações urgentes por parte das Secretarias.
10. Certificações de qualidade e credenciamento junto aos órgãos competentes que atestem a regularidade fiscal e trabalhista da empresa fornecedora.
11. O fornecimento deverá ser ajustado à demanda específica de cada evento ou atividade, com previsão de variação na quantidade conforme a estimativa de público.
12. A empresa deverá garantir que todas as normas de higiene e saúde sejam rigorosamente seguidas no preparo, transporte e entrega dos alimentos.
13. A empresa deverá garantir a validade dos alimentos entregues e oferecer segurança quanto à não deterioração dos produtos antes do consumo.
14. Em caso de falhas na entrega, na qualidade dos produtos ou no atendimento dos prazos, a empresa deverá se comprometer a fornecer reposição imediata sem custos adicionais à Prefeitura
15. A empresa deverá fornecer relatórios detalhados sobre o fornecimento dos serviços, incluindo quantidade de alimentos entregues, itens fornecidos, custos envolvidos, entre outros.
16. A empresa deverá garantir que todos os seus funcionários envolvidos na produção, transporte e entrega dos alimentos sejam capacitados nas boas práticas de manipulação de alimentos.

Esses requisitos visam assegurar que a contratação resultará em uma solução capaz de atender plenamente as necessidades das Secretarias, promovendo eficiência e segurança nas entregas de alimentos preparados.



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Soluções disponíveis no mercado para "parceria com empresas de fornecimento de alimentos preparados":

1. Contratação de empresa especializada em catering

- Vantagens:

- Custo: Geralmente, a contratação de uma empresa de catering pode oferecer preços competitivos devido à escala de produção.
- Qualidade: Empresas especializadas costumam ter padrões elevados de qualidade e segurança alimentar, oferecendo cardápios diversificados.
- Flexibilidade: Capacidade de personalizar os menus de acordo com as necessidades nutricionais e preferências da população atendida.

- Suporte: Possuem equipes treinadas para atendimento e suporte durante a execução dos serviços.
- Desvantagens:
- Tempo de implementação: O processo de seleção e contratação pode ser demorado, afetando a rapidez no início dos serviços.
- Dependência: Dependência da empresa contratada quanto à pontualidade e qualidade na entrega.

2. Parcerias com empresa para fornecimento de alimentos preparados

- Vantagens:
- Capacidade: empresas que fornecem alimentos preparados tem capacidade de alto fornecimento impedindo que as secretarias fiquem sem o fornecimento.
- Qualidade: Alimentos frescos e preparados, potencialmente com menor tempo entre preparação e entrega.
- Impacto econômico: Ajuda a fomentar a economia local e fortalecer parcerias comunitárias.
- Desvantagens:
- Custo: Empresas capacitadas podem gerar custos elevados por terem alta agilidade e demanda.
- Falta de flexibilidade: A empresa pode ter dificuldades em gerar pedidos muito específicos, dependendo apenas dos itens pedidos originalmente.

3. Autoprodução das refeições pela prefeitura

- Vantagens:
- Custo: Potencial redução de custos operacionais ao evitar a margem de lucro de terceiros.
- Controle: Maior controle sobre a qualidade, insumos e processos de preparo.
- Adequação: Capacidade de adaptar o menu conforme as necessidades específicas da população assistida.
- Desvantagens:
- Tempo de implementação: A estruturação de uma cozinha própria pode levar tempo e investimento inicial significativo.
- Necessidade de equipe qualificada: Requer treinamentos e gestão permanente, além da dificuldade em manter mão de obra adequada.
- Manutenção: Requer manutenção constante das instalações e dos equipamentos utilizados.

4. Registro de fornecedores para compras diretas

- Vantagens:
- Custo: Possibilidade de negociações diretas que podem resultar em melhores preços.
- Eficiência: Processo de aquisição facilitado, agilizando a compra de alimentos conforme a demanda.
- Desvantagens:
- Variabilidade de qualidade: A qualidade dos alimentos pode ser inconsistente, dependendo do fornecedor.
- Logística: Exige gerenciamento ativo da logística de distribuição e armazenamento dos alimentos.

5. Cooperativas de agricultores e produtores locais

- Vantagens:
- Frescor: Acesso a produtos frescos e sazonais diretamente do produtor, aumentando a qualidade alimentar.
- Sustentabilidade: Fomenta práticas agrícolas sustentáveis e promove a economia local.

- Adaptabilidade: Produtos podem ser facilmente ajustados para atender demandas específicas.
- Desvantagens:
- Capacidade de fornecimento: Pode haver dificuldades em atender à demanda em grande escala.
- Complexidade de contratos: Negociações podem ser complicadas devido à falta de experiência em contratos formais por parte de alguns produtores.

A escolha da melhor solução deve considerar todos esses aspectos, levando em conta as especificidades e necessidades da Prefeitura Municipal de Cariré, buscando sempre o equilíbrio entre custo, qualidade e eficiência no atendimento ao público.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha pela contratação de parcerias com empresas para o fornecimento de alimentos preparados é justificada por diversos aspectos técnicos e operacionais que garantem a solução do problema enfrentado pelas Secretarias Municipais de Cariré. A necessidade de assegurar o fornecimento contínuo e confiável de lanches e refeições demanda uma abordagem profissional, onde empresas especializadas podem fornecer produtos de qualidade, atendendo aos padrões de segurança alimentar e nutricional. A parceria permite utilizar a expertise dessas empresas, que possuem elaboração e manipulação de alimentos, minimizando riscos de contaminação e garantindo a qualidade dos produtos servidos.

Na análise da viabilidade e facilidade de implementação, a opção por contratar empresas especializadas se revela eficiente devido à agilidade no processo de adaptação das operações das Secretarias. Essas empresas já dispõem de infraestrutura e logística adequadas para atender às demandas rotineiras e emergenciais, permitindo uma rápida mobilização de recursos diante de eventos programados ou situações especiais. Além disso, o estabelecimento de parcerias pode propiciar flexibilidade nas quantidades solicitadas. Assim, as Secretarias poderão ajustar pedidos conforme suas necessidades específicas, assegurando que os recursos sejam utilizados eficientemente.

Sob a perspectiva operacional, a manutenção e o suporte oferecidos pelas empresas contratadas são fundamentais para garantir o sucesso da solução escolhida. Essas empresas não apenas disponibilizam o serviço de entrega de alimentos, mas também oferecem suporte contínuo em termos de cardápios, adequação a restrições alimentares, e feedback sobre a aceitação dos produtos. Esse acompanhamento permite que as Secretarias tenham informações valiosas para ajustar suas solicitações e promover melhorias constantes nos serviços prestados. Ademais, a escalabilidade da solução possibilita atender aumento ou diminuição da demanda sem comprometer a qualidade e a entrega pontual dos serviços.

Em relação ao aspecto econômico, a contratação de empresas para fornecimento de alimentos preparados apresenta um significativo custo-benefício. O investimento inicial na contratação é compensado pela redução de despesas com estrutura própria, como cozinha, equipamentos e pessoal especializado, além da agilidade nas entregas e atendimento a eventos em curto prazo. Os custos

operacionais envolvidos na criação e manutenção de uma equipe interna para o fornecimento de alimentos frequentemente superam o valor das contratações. Espera-se que esse modelo traga um retorno financeiro ao minimizar desperdícios e melhor alocação de recursos, já que as empresas prestadoras compreenderão as dinâmicas de produção e distribuição de alimentos.

Em síntese, a escolha pela parceria com empresas fornecedoras de alimentos preparados se justifica não apenas pelos aspectos técnicos e operacionais que garantem eficiência e agilidade no atendimento das demandas das Secretarias de Cariré, mas também pelo potencial de otimização de recursos e a promoção de benefícios diretos ao interesse público, assegurando a qualidade e a segurança alimentar para a população atendida.



QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
LOTE 01 - LANCHES - COTA PRINCIPAL					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	BOLINHAS DE QUEIJO EMB. COM 100 UND COMPOSTA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, QUEIJO MUSSARELA, ÓLEO DE SOJA, CALDO DE GALINHA, MISTURA FARINÁCEA PARA EMPANAR, EMB. COM 100 UNIDADES.	CENTO	460,00	R\$ 52,67	R\$ 24.228,20
2	CANUDINHO RECHEADO EMB. COM 100 UND.	CENTO	157,00	R\$ 5,50	R\$ 863,50
3	SALGADINHOS DIVERSOS DE FORNO (EMBALAGEM 100 UND).	CENTO	1.157,00	R\$ 54,33	R\$ 62.859,81
4	SALGADINHOS DIVERSOS TIPO COXINHA, RISSOLE, ENROLADINHO DE QUEIJO/PRESUNTO E PASTEL EMB. COM 100 UNIDADES.	CENTO	2.107,00	R\$ 54,33	R\$ 114.473,31
LOTE 02 - LANCHES - COTA PRINCIPAL					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	BOLO CONFEITADO QUADRADO OU REDONDO COM DOIS RECHEIOS, PESO MÍNIMO 6KG PERSONALIZADO PARA EVENTUAIS COMEMORAÇÕES.	UNIDADE	244,00	R\$ 265,00	R\$ 64.660,00
2	BOLO SIMPLES, TAMANHO MÉDIO COM SABORES VARIADOS: FARINHA DE TRIGO, MILHO, MOLE.	UNIDADE	1.520,00	R\$ 18,33	R\$ 27.861,60
LOTE 03 - LANCHES - COTA PRINCIPAL					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	BUFFET POR PESSOA ARROZ, CARNES DE FRANGO, GADO E PORCO. SALADA VARIADA, PURÊ DE BATATA, SUCOS NATURAIS COPO 250ML E REFRIGERANTES DE DIVERSOS SABORES COPO 250ML. SOBREMESA – PUDIM OU MOUSSE (COM SABORES VARIADOS), OU SALADA DE FRUTAS, OU SORVETES COM SABORES VARIADOS.	UNIDADE	7.500,00	R\$ 36,67	R\$ 275.025,00
2	REFEIÇÃO PREPARADA COMPLETA CONTENDO OS SEGUINTE ITENS (ARROZ, FEIJÃO, MACARRÃO, SALADAS, CARNE E FRANGO, SOBREMESA, (REFRIGERANTE, SUCO E ÁGUA EM COPOS DE 250ML).	UNIDADE	13.500,00	R\$ 32,33	R\$ 436.455,00
3	REFEIÇÃO TIPO QUENTINHA CONTENDO OS SEGUINTE ITENS (ARROZ, FEIJÃO, MACARRÃO, CARNE, FRANGO E SALADA.	UNIDADE	11.100,00	R\$ 22,50	R\$ 249.750,00

Lote 04 - LANCHES - COTA PRINCIPAL

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	CALDO DE CARNE, COPO COM 300 ML.	UNIDADE	13.400,00	R\$ 5,50	R\$ 73.700,00
2	CANJA DE GALINHA COPO COM 300 ML.	UNIDADE	10.000,00	R\$ 5,50	R\$ 55.000,00
4	CACHORRO-QUENTE CONTENDO PÃO DE LEITE DE 50G, CONTENDO MOLHO DE TOMATE E CEBOLA, SALSICHA INTEIRA, MILHO E ERVILHA, ACONDICIONADOS INDIVIDUALMENTE EM SACOS PLÁSTICOS APROPRIADO.	UNIDADE	7.950,00	R\$ 10,00	R\$ 79.500,00
5	TORTA DE FRANGO COM MASSA DE TRIGO MACIA, SABOROSA RECHEADA DE FRANGO DESFIADO, MILHO VERDE, ERVILHA, CENOURA, TOMATE NO RECHEIO. PESO APROXIMADO 150 GRAMAS (PEDAÇO/FATIA) DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALADO UM A UM, EM PLÁSTICO FILME E PORTA PÃO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	UNIDADE	2.800,00	R\$ 9,00	R\$ 25.200,00
6	HAMBÚRGUER DE CARNE COMPOSTO POR 01 (UM) SANDUÍCHE COM PÃO DE HAMBÚRGUER, CARNE DE HAMBÚRGUER, QUEIJO MUSSARELA, PRESUNTO, OVO FRITO, ALFACE E TOMATE QUE DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALADO UM A UM, EM PLÁSTICO FILME E PORTA PÃO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	UNIDADE	2.000,00	R\$ 15,00	R\$ 30.000,00
7	MISTO QUENTE CONTENDO: 01 (UM) PÃO DE FORMA DE 50 GRAMAS, COM 01 (UMA) FATIA DE PRESUNTO E 01 (UMA) FATIA DE MUSSARELA, QUE DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALADO UM A UM, EM PLÁSTICO FILME E PORTA PÃO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	UNIDADE	5.400,00	R\$ 8,50	R\$ 45.900,00

Lote 05 - LANCHES - COTA PRINCIPAL

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	LANCHE COMPLETO CONTENDO OS SEGUINTE ITENS: (CAFÉ, LEITE, SALADA DE FRUTAS, 2 OPÇÕES DE SUCO NATURAL COPO COM 250ML, PÃO, MUSSARELA, PRESUNTO, TORRADA, PATÊ, 2 OPÇÕES DE BOLO, CHOCOLATE QUENTE E SANDUÍCHE NATURAL DE FRANGO).	UNIDADE	14.800,00	R\$ 21,67	R\$ 320.716,00
2	LANCHE SIMPLES CONTENDO OS SEGUINTE ITENS: (CAFÉ, LEITE, BISCOITO, BOLO, PÃO COM PATÊ, SUCO NATURAL COPO COM 250ML).	UNIDADE	11.200,00	R\$ 21,67	R\$ 242.704,00
3	COFFEE-BREAK POR PESSOA SALGADOS FRITOS, SALGADOS DE FORNO, MINI SANDUÍCHES, BOLINHAS DE QUEIJO, CAFÉ, LEITE E 02 (DOIS) TIPOS DE REFRIGERANTES COPO 250ML, 02 (DOIS) TIPOS DE SUCOS COPO 250ML, ÁGUA MINERAL SEM GÁS.	UNIDADE	10.500,00	R\$ 27,67	R\$ 290.535,00

Lote 06 - LANCHES - COTA PRINCIPAL

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	REFRIGERANTE 2 LITROS, SABORES: GUARANÁ E/OU COLA.	UNIDADE	1.880,00	R\$ 10,67	R\$ 20.059,60
2	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR ACEROLA.	UNIDADE	1.340,00	R\$ 5,83	R\$ 7.812,20
3	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR CAJÁ.	UNIDADE	3.240,00	R\$ 5,83	R\$ 18.889,20
4	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR CAJU.	UNIDADE	1.640,00	R\$ 5,83	R\$ 9.561,20
5	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR GOIABA.	UNIDADE	1.940,00	R\$ 5,83	R\$ 11.310,20
6	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR GRAVIOLA.	UNIDADE	3.240,00	R\$ 5,83	R\$ 18.889,20
7	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR MANGA.	UNIDADE	1.240,00	R\$ 5,83	R\$ 7.229,20

8	SUCO NATURAL (DE POLPA) 300 ML, SABOR MARACUJÁ.	UNIDADE	3.140,00	R\$ 5,83	R\$ 18.306,20
Valor Total				R\$ 2.531.488,42	

Justificativa das quantidades

A justificativa das quantidades solicitadas para o fornecimento de lanches, refeições e afins para as Secretarias de Cariré é baseada tanto nas necessidades observadas no processo anterior quanto nas estimativas para os eventos programados em 2025. O processo anterior forneceu dados sobre o consumo médio de alimentos por participante e a frequência de eventos, o que permitiu ajustar as quantidades necessárias para atender adequadamente à demanda. Além disso, as estimativas para 2025 consideram o aumento esperado no número de participantes, a ampliação de projetos municipais e a diversificação das opções alimentícias, como dietas especiais e alternativas vegetarianas.

Para garantir que as Secretarias possam atender com eficiência as demandas de alimentos durante o ano de 2025, as quantidades foram ajustadas com uma margem de segurança para cobrir eventuais variações no número de participantes ou imprevistos. Essas projeções são baseadas tanto em dados do processo anterior quanto nas necessidades futuras, assegurando que o fornecimento de alimentos seja adequado para todas as atividades e eventos programados, garantindo segurança alimentar e qualidade.

Justificativa da estimativa de preços

Para a definição do valor estimado da contratação, foram aplicados os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, especificamente conforme o artigo 5º, inciso II. Dessa forma, a pesquisa de preços foi baseada em contratações similares realizadas pela Administração Pública no período de um ano anterior à data da pesquisa, considerando tanto contratações em execução quanto concluídas. Também foram observados os índices de atualização de preços correspondentes, garantindo a aderência à realidade mercadológica.

Em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, a pesquisa de preços priorizou exclusivamente a consulta aos sistemas oficiais de preços do governo e a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos no último ano. Essa abordagem consolidou uma base sólida de preços praticados no setor público, permitindo uma comparação contextualizada dos valores praticados recentemente.

A metodologia empregada envolveu a pesquisa de preços baseada na média de valores praticados em contratações públicas semelhantes, concluídas ou em execução no período de um ano anterior à data de início da pesquisa. Sempre que possível, a pesquisa foi realizada com base em um conjunto de três ou mais cotações obtidas de fontes confiáveis e representativas do mercado, promovendo uma amostragem robusta e conferindo maior precisão ao valor estimado.

As cotações foram criteriosamente selecionadas, com a devida exclusão de preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados. Esse critério garantiu que o valor estimado fosse baseado em dados de qualidade

e compatíveis com a realidade mercadológica. Dessa forma, buscou-se evitar distorções que pudessem comprometer a regularidade do processo licitatório.

Para a obtenção do preço estimado, foi aplicado exclusivamente o método da média aritmética, considerado o mais adequado para estimar o valor dos itens. A opção pela média aritmética se deve à homogeneidade das cotações obtidas e à consistência das variações entre os valores apresentados. Esse método assegura um valor representativo e equilibrado, evitando distorções causadas por valores isoladamente altos ou baixos e proporcionando uma visão centralizada do mercado.

A pesquisa foi realizada e consolidada pelo setor de compras por meio de uma plataforma web especializada na realização de pesquisas de preços, em conformidade com o artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e a IN SEGES/ME nº 65/2021. Essa abordagem está alinhada com os princípios de economicidade e eficiência previstos na legislação vigente, reforçando a transparência e a fundamentação técnica do processo de contratação.

Caso deseje validar os dados desta pesquisa, acesse o seguinte endereço:

http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/preco_de_referencia/cotacao/pesquisa_validada/9cf7fd37-17f0-439a-a074-3524795a948b/9cf7fd37-17f0-439a-a074-3524795a948b8835:1ts3pS:gAAFFX7-v81lPbgJ_KO7DKKaskU/



PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes. A realização do processo de contratação por meio de parcelamento formal, com uma única licitação adjudicada em lotes, é uma estratégia técnica e operacionalmente eficaz para atender à demanda das Secretarias da Prefeitura Municipal de Cariré no fornecimento de alimentos preparados. O parcelamento permite a segmentação dos serviços em diferentes lotes, o que facilita a especialização das empresas contratadas. Isso significa que poderão ser selecionados fornecedores que se destacam em determinadas categorias de alimentos ou refeições específicas, assegurando qualidade e adequação às necessidades alimentares variadas.

Além disso, essa abordagem traz benefícios significativos para a execução da solução. Ao permitir a adjudicação em lotes, as secretarias podem adaptar suas escolhas conforme a demanda específica de cada evento ou situação, garantindo que não haja desperdício de recursos e que os serviços se ajustem de maneira mais eficiente ao calendário e às particularidades de cada ação programada. Isso também pode resultar em maior concorrência entre fornecedores, potencialmente reduzindo custos e melhorando a qualidade do serviço ofertado.

Por fim, o parcelamento impacta positivamente o atendimento ao interesse público, visto que promove uma gestão mais eficiente e responsiva das necessidades alimentares da prefeitura. Com a padronização e a garantia de qualidade nos serviços prestados, a contratação torna-se mais eficiente, minimizando riscos e preocupações relacionadas à segurança alimentar. Assim, a escolha pelo parcelamento não apenas torna viável a entrega de alimentos preparados de forma acessível e rápida,

mas também fortalece a capacidade da administração pública em atender aos seus colaboradores e à comunidade de forma responsável e comprometida.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de uma empresa para o fornecimento de alimentos preparados pela Prefeitura Municipal de Cariré visa proporcionar uma solução que maximize a economicidade, reduzindo custos e melhorando o custo-benefício em comparação à elaboração interna de refeições. Ao optar por parcerias com empresas especializadas, a prefeitura se beneficia da expertise e eficiência no manejo logístico e na preparação de refeições, minimizando desperdício e garantindo a qualidade dos produtos.

Com essa solução, os recursos humanos disponíveis nas Secretarias poderão ser realocados para outras atividades prioritárias, como planejamento de eventos e gestão de projetos, pois a preparação e entrega das refeições estarão sob responsabilidade da empresa contratada. Isso libera os colaboradores para focarem em suas funções estratégicas e otimiza a utilização do quadro de pessoal.

Além disso, a parceria com uma empresa fornecedora permitirá melhores condições de negociação devido ao potencial de escala, resultando em preços mais competitivos e constantes, o que contribui para a redução das despesas com alimentação. A centralização do serviço de fornecimento também resulta em ganhos de eficiência operacional, evitando gastos desnecessários com transporte, estocagem e preparo de alimentos dentro das Secretarias.

Em resumo, a solução de parcerias para o fornecimento de alimentos preparados promove a economicidade e a otimização dos recursos financeiros, humanos e materiais disponíveis na Prefeitura Municipal de Cariré, assegurando que as necessidades alimentares sejam atendidas com celeridade e qualidade, sem comprometer os processos administrativos e operacionais das diversas secretarias.



PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A implementação da solução escolhida, que é a parceria com empresas para o fornecimento de alimentos preparados, requer uma série de providências que assegurem a efetividade e a qualidade dos serviços prestados. Inicialmente, é fundamental realizar um mapeamento detalhado das necessidades alimentares específicas de cada Secretaria, considerando as diferentes demandas em eventos programados e situações emergenciais. Essa análise permitirá calibrar adequadamente o número de refeições e lanches a serem contratados, assegurando que as entregas correspondam à realidade das solicitações.

Em seguida, deve-se estabelecer critérios técnicos rigorosos para a escolha dos fornecedores, o que pode implicar na elaboração de um termo de referência que inclua aspectos como padrões de segurança alimentar, qualidade nutricional, variedade de opções alimentares e prazos de entrega. A definição desses critérios deve considerar também a reputação e experiência das empresas no setor, o que ajudará a garantir que a escolha resulte em parcerias confiáveis e competentes.

Além disso, recomenda-se a realização de visitas técnicas às instalações dos fornecedores pré-selecionados, verificando as condições de armazenamento e preparo dos alimentos. Essa etapa é crucial para assegurar que os locais atendam a padrões de higiene e segurança, prevenindo riscos à saúde pública.

Para a gestão do contrato, é necessário desenvolver um plano de monitoramento que contemple indicadores de desempenho para avaliar a qualidade do serviço prestado. Tais indicadores podem incluir a pontualidade nas entregas, a satisfação dos usuários e o cumprimento dos padrões de qualidade estabelecidos. Este acompanhamento sistemático dará suporte a medidas corretivas rápidas, caso sejam identificadas falhas por parte do fornecedor.

Por fim, dadas as especificidades do serviço contratado, é recomendável capacitar servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato. Essa formação deve focar em aspectos como controle de qualidade, legislação sanitária relacionada ao fornecimento de alimentos e técnicas de negociação. Com isso, a administração poderá supervisionar de maneira eficaz a execução do contrato, garantindo o atendimento adequado das demandas das Secretarias.

Essas providências visam potencializar a eficiência e a eficácia na oferta de alimentos preparados, promovendo não apenas a celeridade na execução das atividades municipais, mas também contribuindo para a segurança alimentar e o bem-estar dos colaboradores envolvidos.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução escolhida, que é a parceria com uma empresa para o fornecimento de alimentos preparados, leva à conclusão de que não há necessidade de contratações adicionais nesse contexto. A solução proposta se concentra exclusivamente no fornecimento eficiente de alimentos, atendendo diretamente às demandas das diversas Secretarias do Município de Cariré.

Considerando a natureza do serviço de fornecimento de alimentos, as principais necessidades operacionais estão vinculadas à qualidade e segurança dos produtos alimentares, bem como à logística de entrega. Dessa forma, qualquer contratação adicional que visasse complementar essa solução precisaria ser intrinsecamente ligada ao próprio serviço de alimentação, como, por exemplo, serviços de transporte que garantam a integridade dos produtos durante a entrega. No entanto, isso já é contemplado nas obrigações contratuais da empresa fornecedora, que deve incluir um plano logístico adequado.

As únicas possibilidades de contratações adicionais que poderiam ser consideradas são aquelas relacionadas à adequação das instalações utilizadas para o armazenamento ou manipulação dos alimentos nos casos em que haja necessidade de melhorias estruturais específicas. Porém, essas adequações não são vistas como pré-requisito para a contratação do fornecedor, já que este deverá atender a normas de acondicionamento e entrega que respeitam a legislação vigente sem exigir um suporte externo adicional.

Portanto, ao analisar o cenário, conclui-se que a contratação para o fornecimento de alimentos preparados é suficiente para atender às demandas das diversas secretarias, sem a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para suportar essa operação. As responsabilidades e garantias necessárias são inerentes ao contrato de fornecimento, que deve assegurar a eficácia do serviço prestado.



IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de uma empresa para fornecimento de alimentos preparados pela Prefeitura Municipal de Cariré pode gerar diversos impactos ambientais que precisam ser cuidadosamente considerados e mitigados. Um dos principais impactos refere-se ao desperdício de alimentos, uma vez que podem ocorrer sobras em eventos e serviços prestados. Para mitigar esse impacto, é fundamental implementar um planejamento detalhado sobre as quantidades a serem preparadas, considerando o número de participantes e preferências alimentares. Além disso, parcerias com organizações locais para a doação de excedentes alimentares devem ser estabelecidas, contribuindo para a redução do desperdício e promovendo a assistência social.

Outro impacto potencial está relacionado à geração de resíduos sólidos, especialmente embalagens plásticas e descartáveis utilizadas para o transporte dos alimentos. A adoção de soluções sustentáveis, como a utilização de embalagens biodegradáveis ou reutilizáveis, pode diminuir significativamente a quantidade de resíduos gerados. As empresas contratadas devem ser incentivadas a adotar práticas de separação de resíduos na fonte, promovendo a reciclagem e o descarte adequado dos materiais utilizados.

Além disso, é importante considerar a eficiência energética na operação da empresa fornecedora, uma vez que o preparo e manter os alimentos quentes podem demandar grande consumo de energia. A contratação deve priorizar empresas que utilizem equipamentos modernos e eficientes, além de práticas de gestão que visem à redução do consumo de energia, como otimização de processos e o uso de energias renováveis quando possível.

A logística reversa também merece atenção neste contexto. As empresas fornecedoras devem ser responsabilizadas pelo retorno e a adequada destinação de embalagens e outros materiais que não possam ser reutilizados. Um plano de logística reversa deve ser elaborado, estabelecendo como as embalagens e resíduos serão coletados, retornados e reciclados. Isso não apenas contribui para a

sustentabilidade, mas também promove uma economia circular, onde os recursos são utilizados de forma mais eficiente e responsável.

De maneira geral, a implementação dessas medidas mitigadoras ajudará a garantir que a contratação de serviços de alimentação pela Prefeitura de Cariré ocorra de forma ambientalmente responsável, minimizando impactos negativos e promovendo um uso eficiente de recursos. A adesão a práticas sustentáveis não apenas atende às exigências legais, mas também fortalece a imagem da administração pública como promotora de ações que respeitam o meio ambiente.



CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

Cariré – CE, 14 de Março de 2025.

AGUIDA RODRIGUES MARTINS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO
E FINANÇAS

SAMARA PEREIRA PAIVA
GABINETE DO PREFEITO

MARIA EVILEMA FEITOSA TABOSA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ROBERTO KELSON FERREIRA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

RAILA AGUIAR PORTELA
SECRETARIA DE SAÚDE

ANTONIO EDUARDO RODRIGUES MIRANDA
SECRETARIA DE TRANSPORTE

CLÁUDIA NASCIMENTO GONÇALVES
SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

ISA APARECIDA DE BRITO VIANA SÁ
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

CICERO AMANSO FERREIRA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO

MARCELO ARAÚJO ALVES
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E
JUVENTUDE

ANTÔNIO RUFINO NETO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Educação, 07.598.600/0001-42



Equipe de Planejamento

Jonathan Fernandes de Souza, João Vitor Duarte Cavalcante, Arthur Gabriel Chaves de Sousa



Objeto Detalhado

As diversas Secretarias de Cariré estão enfrentando dificuldades para garantir a entrega de alimentos preparados (lanches, refeições e afins) de forma eficiente. A falta deste serviço pode gerar diversos impactos negativos, como a impossibilidade de atender adequadamente às necessidades alimentícias em momentos especiais ou eventos programados. Isso pode comprometer o andamento de projetos, ações e até a produtividade dos colaboradores, além de prejudicar a execução de atividades municipais que dependem dessa estrutura para ocorrerem com sucesso. Ademais a contratação de uma empresa para fornecer alimentos preparados garante segurança alimentar e qualidade no produto, permitindo que as necessidades das secretarias sejam atendidas sem grandes preocupações e seguindo os princípios da celeridade.

O presente gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso do planejamento da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução a ser contratada.

Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Para estimar o nível dos riscos, utilizou-se a matriz abaixo recomendada no Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU.

ESCALA DE PROBABILIDADES

PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixa	Improvável. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	Rara. De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	Possível. De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as	8

	circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade	
Muito Alta	Praticamente certa. De forma inequívoca, o evento ocorrerá, às circunstâncias indicam claramente essa possibilidade	10

ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS

IMPACTO	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixo	Mínimo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade).	1
Baixo	Pequeno impacto nos objetivos (idem)	2
Médio	Moderado impacto nos objetivos (idem), porém recuperável.	5
Alto	Significativo impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão	8
Muito Alto	Catastrófico impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível.	10

MATRIZ DE RISCO

IMPACTO	MUITO ALTO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO	RISCO EXTREMO
	ALTO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO
	MÉDIO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO
	BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO
	MUITO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO
		MUITO BAIXA	BAIXA	MÉDIA	ALTA	MUITO ALTA
PROBABILIDADE						

Em atendimento ao inciso X do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento visa analisar os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

Risco Alto - Atraso na entrega dos alimentos

Etapa	Impacto	Probabilidade
Planejamento	Alto	Média
Dano		
Interrupção das atividades municipais planejadas		
Ações Preventivas		
Estabelecer prazos rigorosos e multas no contrato		
Selecionar fornecedores com boa reputação e referências		
Ações de Contingência		

Manter um fornecedor secundário para emergências	
Criação de um estoque emergencial de alimentos não perecíveis	

Risco Alto - Recebimento de alimentos de baixa qualidade		
Etapa	Impacto	Probabilidade
Seleção do Fornecedor	Alto	Média
Dano		
Comprometimento da segurança alimentar e satisfação dos beneficiários		
Ações Preventivas		
Realização de prova de qualidade antes da seleção do fornecedor		
Inclusão de cláusulas de qualidade no contrato		
Ações de Contingência		
Inspeção periódica dos alimentos fornecidos		
Estabelecimento de um painel de feedback para usuários do serviço		

Risco Médio - Incompatibilidade do serviço com as necessidades das secretarias		
Etapa	Impacto	Probabilidade
Gestão Contratual	Médio	Baixa
Dano		
Desperdício de recursos e insatisfação dos colaboradores		
Ações Preventivas		
Levantamento detalhado das necessidades alimentares das secretarias		
Definição clara das expectativas no contrato		
Ações de Contingência		
Revisão periódica do contrato e ajuste das especificações		
Treinamento contínuo para funcionários sobre gestão do contrato		

ETP nº 01.17.12-SME/2024 - Parcerias com empresa para fornecimento de alimentos preparados (lanches, refeições e afins) para diversas secretarias.

Cariré – CE, 14 de Março de 2025.

AGUIDA RODRIGUES MARTINS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO
E FINANÇAS

SAMARA PEREIRA PAIVA
GABINETE DO PREFEITO

MARIA EVILEMA FEITOSA TABOSA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ROBERTO KELSON FERREIRA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

**RAILA AGUIAR PORTELA
SECRETARIA DE SAÚDE**

**ANTÔNIO EDUARDO RODRIGUES MIRANDA
SECRETARIA DE TRANSPORTE**

**CLÁUDIA NASCIMENTO GONÇALVES
SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

**ISA APARECIDA DE BRITO VIANA SÁ
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA**

**CICERO AMANSO FERREIRA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

**MARCELO ARAÚJO ALVES
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E
JUVENTUDE**

**ANTÔNIO RUFINO NETO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03.PE.DIV/2025

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação.

1. PROPOSTA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
					VALOR GLOBAL R\$ ____ (POR EXTENSO)

2. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ...

CNPJ: ...

ENDEREÇO: ...

TELEFONE: ...

FAX: ...

E-MAIL: ...

3. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO

NOME: ...

CPF: ...

RG: ...

NACIONALIDADE: ...

ESTADO CIVIL: ...

PROFISSÃO: ...

ENDEREÇO COMPLETO: ...

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ...

5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa

(Nº da identidade do declarante)

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

LEI 14.233/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº 03.PE.DIV/2025
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 01.17.12-SME/2024



OBJETO

As diversas Secretarias de Cariré estão enfrentando dificuldades para garantir a entrega de alimentos preparados (lanches, refeições e afins) de forma eficiente. A falta deste serviço pode gerar diversos impactos negativos, como a impossibilidade de atender adequadamente as necessidades alimentícias em momentos especiais ou eventos programados. Isso pode comprometer o andamento de projetos, ações e até a produtividade dos colaboradores, além de prejudicar a execução de atividades municipais que dependem dessa estrutura para ocorrerem com sucesso. Ademais a contratação de uma empresa para fornecer alimentos preparados garante segurança alimentar e qualidade no produto, permitindo que as necessidades das secretarias sejam atendidas sem grandes preocupações e seguindo os princípios da celeridade.



VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 0,00 (valor por extenso)



VIGÊNCIAS

INICIAL: ___ de _____ de ____
FINAL: ___ de _____ de ____

ÓRGÃO GERENCIADOR

Secretaria Municipal de Educação



ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude, Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Agricultura, Agronegócio e Pecuária, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Transporte, Secretaria Municipal de Meio Ambiente



DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____./____/____-____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº ____./____/____-____

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Prefeitura Municipal de Cariré – CE, através da Unidade Gerenciadora _____, inscrita no CNPJ nº _____, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao

Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico N°{numero_processo_contratacao}, que tem como objeto _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto As diversas Secretarias de Cariré estão enfrentando dificuldades para garantir a entrega de alimentos preparados(lanches, refeições e afins) de forma eficiente. A falta deste serviço pode gerar diversos impactos negativos, como a impossibilidade de atender adequadamente as necessidades alimentícias em momentos especiais ou eventos programados. Isso pode comprometer o andamento de projetos, ações e até a produtividade dos colaboradores, além de prejudicar a execução de atividades municipais que dependem dessa estrutura para ocorrerem com sucesso. Ademais a contratação de uma empresa para fornecer alimentos preparados garante segurança alimentar e qualidade no produto, permitindo que as necessidades das secretarias sejam atendidas sem grandes preocupações e seguindo os princípios da celeridade., especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 03.PE.DIV/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

2.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4 – Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1 – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.4.2 – Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 2.4.2.1 – Aceitem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
- 2.4.2.2 – Mantiverem sua proposta original.
- 2.4.3 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 2.5 – O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 2.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 2.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 2.7.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;
- 2.7.2 – Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.
- 2.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 2.9 – Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 2.10 – A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.
- 2.11 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 2.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:
- 2.12.1 – Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 2.12.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 2.13 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a

conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 – Por razão de interesse público;

6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Cariré - CE, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

Cariré – CE, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03.PE.DIV/2025

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/___

Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico Nº 03.PE.DIV/2025, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	CONTATOS	Nº DOS ITENS

Cariré – CE, ____ de _____ de _____

(ASSINATURAS)

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/_____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº _____/_____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: _____/_____



OBJETO CONTRATUAL

.....



VALOR CONTRATUAL

R\$ (.....)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____



DADOS DO CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº _____._____/_____-____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº _____._____-____



DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº _____._____/_____-____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº _____._____-____



FISCAL DO CONTRATO

Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Razão Social Contratante.... – UF., através da Unidade Administrativa Contratante, inscrita no CNPJ nº _____._____/_____-____, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total						R\$

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Cariré deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE:
CLASSIFICAÇÃO:
NATUREZA DA DESPESA:
FICHA:

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Cariré - CE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cariré – CE, ____ de _____ de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME: